

AGENDA PARA OS PRESIDENCIÁVEIS

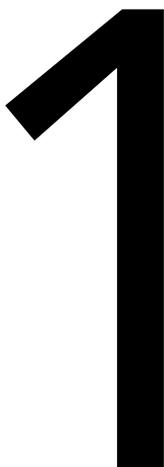


# O BRASIL É UMA AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO



**PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO DOS CANDIDATOS  
À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.**





<sup>1</sup> IPCC, CLIMATE CHANGE 2014: IMPACTS, ADAPTATION AND VULNERABILITY. SUMÁRIO PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, P. 17-18

## INTRODUÇÃO

**A**s mudanças climáticas provocadas pela ação humana são reais, irreversíveis e já estão ocorrendo em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil. Suas principais vítimas são as populações mais pobres das regiões tropicais, que sofrerão cada vez mais com eventos extremos como secas, inundações e ondas de calor. O Nordeste do Brasil, por exemplo, experimentou, no ano passado, sua pior estiagem em cinquenta anos; neste ano, a cidade de São Paulo enfrenta escassez de água potável, com forte efeito sobre os bairros da periferia.

A agricultura é uma das principais vítimas dessas alterações. A produção agropecuária – portanto, a segurança alimentar da humanidade – tende a cair com as mudanças no clima: em muitas regiões, haverá menor disponibilidade de água ou anomalias no regime de chuvas; aumento de pragas em culturas agrícolas, já que o calor favorece a proliferação de insetos e fungos; e queda da produtividade de culturas como soja, milho, trigo e arroz. Algumas projeções extremas avaliadas pelo IPCC, o painel de cientistas do clima das Nações Unidas, apontam reduções de até 25% na produtividade no período 2030-2049<sup>1</sup>.

O Brasil tem papel central no provimento presente e futuro de alimentos e outros produtos agropecuários aos próprios brasileiros e, também, a uma população mundial crescente. Além do melhor uso de seus ativos ambientais e hídricos, o País precisa incorporar rapidamente em sua matriz de produção as tecnologias agrícolas de baixa emissão de carbono e que geram produtos de base renovável – seja para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, seja para transformar esse modelo produtivo em vantagens econômicas na sua inserção no mercado internacional. A presente proposta visa demonstrar que é imprescindível que o próximo governo tenha políticas claras e objetivas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária.

# 2



<sup>2</sup> ASSAD, E. D., PINTO, H. S., ZULLO JUNIOR, J., MARIN, F. R., PELLEGRINO, G. Q., EVANGELISTA, S. R., OTAWIAN, A. F. AQUECIMENTO GLOBAL E A NOVA GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL. BRASÍLIA: EMBAIXADA BRITÂNICA, 2008, V. 1, P. 82.

## IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO PARA O PAÍS

Individualmente, a agropecuária é, hoje, o setor que mais contribui para as emissões de gases-estufa do Brasil: foi diretamente responsável por 35% delas em 2010. Ao mesmo tempo, as esperadas consequências do aquecimento global sobre a produção são alarmantes e ameaçam o potencial do País como produtor e exportador mundial de produtos agrícolas.

Um estudo da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) publicado em 2014 conclui que “o aumento das temperaturas pode provocar redução nas áreas favoráveis de plantio de grãos no Brasil em torno de 25%, podendo chegar a perdas nas safras de grãos no valor de R\$ 7 bilhões já em 2020 – quebra que pode saltar para R\$ 20 bilhões em 2030 – e alterar profundamente a geografia da produção agrícola no Brasil”<sup>2</sup>.

Ainda que sua contribuição recente tenha sobressaído em relação aos demais setores da economia, a agropecuária apresentou um ritmo de crescimento em emissões inferior ao dos setores de energia e industrial. Também é, dentre os grandes setores da economia, aquele que tem grande potencial de reduzir significativamente as suas emissões de gases do efeito estufa num curto espaço de tempo, projetando o País como uma potência agrícola limpa e sustentável. Somente a recuperação de pastagens degradadas e outras cinco tecnologias recomendadas pela pesquisa e já adotadas hoje no Brasil têm o potencial de cortar as emissões da agropecuária em um terço até 2020.

Dar escala à disseminação dessas tecnologias – que, ainda por cima, aumentam a produtividade e a renda do produtor – é, portanto, uma chance sem precedentes para o País. O Brasil pode não apenas gerar valor em novos mercados de serviços ambientais, como pode, ainda, antecipar-se a políticas de países importadores contra produtos vinculados a elevadas emissões de carbono, agregando esse diferencial ao valor de sua pauta de exportações

# 3



## A POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

**E**m 2009, animado com a queda na taxa de desmatamento na Amazônia e pressionado interna e externamente para assumir compromissos de combate ao aquecimento global, o Brasil deu um passo ousado: comprometeu-se voluntariamente a reduzir suas emissões de gases-estufa em 36,1% a 38,9% até 2020 em relação ao que emitiria se nada fosse feito.

A promessa foi anunciada formalmente na Conferência do Clima de Copenhague, em dezembro daquele ano. Pela primeira vez, um país emergente adotava metas numéricas voluntárias de corte de emissões para toda a sua economia. Mas, o Brasil foi além: ratificou essas metas no Congresso, na forma da Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Em 2010, durante a Conferência do Clima de Cancún, o Governo regulamentou a lei, por meio do Decreto nº 7.390/2010. Este determinou a criação de planos de mitigação (redução de emissões) e adaptação nos setores da indústria, da energia, do uso da terra, da siderurgia e da agropecuária.



GABRIEL FARIAS / EMBRAPA

# 4



## O PLANO ABC

Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, conhecido como Plano ABC, foi lançado em dezembro de 2010. Por sua escala e complexidade, o **ABC é o plano mais ambicioso do mundo para mitigação de mudanças climáticas na agricultura**. Ele prevê a redução de 134 milhões a 163 milhões de toneladas de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) equivalente até 2020, por meio da disseminação de uma cesta de seis tecnologias: recuperação de pastagens, integração lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta, fixação biológica de nitrogênio, sistema de plantio direto, tratamento de dejetos animais e florestas plantadas. Só a recuperação de pastagens, principal meta do Plano, tem potencial para reduzir de 83 milhões a 104 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, por meio da recuperação de 15 milhões de hectares de pastos degradados (de um total nacional estimado em mais de 50 milhões de hectares).

Para executar as ações previstas no Plano, foi criado o Programa ABC, um conjunto de linhas de crédito para os agricultores converterem seus sistemas produtivos em processos de baixa emissão de carbono. O Programa foi lançado na safra 2010/11 e, até abril de 2014, propiciou a contratação de financiamentos no valor acumulado de R\$ 7,4 bilhões, a juros favorecidos. Para a safra 2013/14, o governo federal disponibilizou créditos de R\$ 4,5 bilhões para o Programa, equivalentes a 11,7% do total dos créditos de investimento ofertados ao setor rural.



GABRIEL FÁRIA / EMBRAPA

# 5



## PROPOSTAS PARA O AVANÇO DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO NO BRASIL

A maioria das ações de mitigação preconizadas pelo Plano ABC já é adotada na agropecuária brasileira, mas algumas delas o são de forma ainda muito incipiente e, o que é mais preocupante, com baixa adesão nas regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e no Norte-Nordeste. O grande desafio do governo federal, no mandato 2015-2018, será acelerar a disseminação e adoção dessas ações e tecnologias, de forma a alcançar escala que resulte nas reduções de emissões almeçadas.

Para que isso aconteça, é preciso concentrar esforços nas seguintes áreas:

### A. INFORMAÇÃO: DIVULGAÇÃO E CAPACITAÇÃO

O Programa ABC representa uma quebra de paradigma no financiamento agrícola: em vez de itens individuais de produção, o que é financiado é todo o sistema produtivo. Por isso, o Programa não pode restringir-se ao crédito, já que sua implantação demanda uma mudança de cultura no campo – algo que só se faz com treinamento e disseminação das tecnologias entre os agricultores. É preciso demonstrar-lhes que, ao adotar as tecnologias do ABC, eles estarão não apenas conservando recursos naturais, mas também aumentando sua produtividade e, potencialmente, sua renda. Além disso, algumas tecnologias, como a integração lavoura-pecuária, ainda são pouco conhecidas no mundo rural e precisam entrar no domínio dos extensionistas.

No entanto, as restrições de pessoal e de orçamento, principalmente do Ministério da Agricultura, têm limitado as iniciativas para a divulgação do Programa e para capacitação de produtores e de elaboradores de projetos: de 2011 a 2013, foram capacitados menos de 20 mil produtores e técnicos rurais, sendo que o Plano ABC prevê a capacitação de 19.940 técnicos e 935.000 produtores. Tal limitação de recursos não faz sentido diante da magnitude dos recursos que têm sido comprometidos pelo Tesouro Nacional com a equalização de juros do Programa.<sup>3</sup>

O aprimoramento do Plano só será possível a partir da ampliação do esforço de divulgação do Programa e dos benefícios das tecnologias recomendadas junto aos agropecuaristas, incluindo

<sup>3</sup> ESTUDO DO OBSERVATÓRIO ABC ESTIMOU QUE O CUSTO DE EQUALIZAÇÃO DA TAXA DE JUROS DO PROGRAMA ABC, NAS SAFRAS 2011/12 E 2012/13, CORRESPONDEU A APROXIMADAMENTE 47% DO VALOR FINANCIADO PELO PROGRAMA. O ESTUDO ESTÁ DISPONÍVEL EM: [HTTP://GVCES.COM.BR/ARQUIVOS/263/FINANCIANDOATRANSICAO\\_PLANOABC.PDF](http://gvc.es.com.br/arquivos/263/financiandoatransicao_planoabc.pdf).

os familiares. É imprescindível investir, tanto em volume, quanto em qualidade, na capacitação de operadores de crédito rural, técnicos e extensionistas rurais e elaboradores de projetos. É necessário que possam recomendar e fornecer suporte aos agricultores quanto às tecnologias do ABC não apenas na contratação do financiamento, mas também ao longo do processo de implantação e consolidação do projeto. No caso de pastagens degradadas, a melhoria de gestão da propriedade via assistência técnica e treinamento adequado é essencial para auxiliar o pecuarista a manter as inovações e evitar a degradação e queda de produtividade do pasto.

A recém-criada Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) terá de assumir papel decisivo para acelerar esse processo. Para tal, precisa ser engajada com foco e metas explícitas direcionadas à disseminação da agricultura ABC, com remuneração compatível com a complexidade e período necessário para a transferência tecnológica e o acompanhamento da implementação das técnicas do Plano.

Também é preciso integrar as instituições de ensino das Ciências Agrárias no processo de capacitação e implementação da agricultura de baixa emissão de carbono, incluindo essas práticas e tecnologias na grade curricular. Técnicas modernas de ensino e de capacitação continuada, tanto na modalidade presencial, quanto a distância, bem como cursos de Especialização e de Pós-graduação, devem ser consideradas e implantadas para agilizar e aprimorar o processo de treinamento.

### **B. FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS**

Os financiamentos do Programa ABC têm mais exigências do que o crédito tradicional, devido tanto à lógica de sistemas produtivos, quanto aos seus objetivos de reduzir emissões. Para que o Programa ABC seja competitivo, deve-se assegurar que o diferencial entre a sua taxa de juros e as das demais linhas de crédito rural seja suficientemente atrativo para compensar essas exigências adicionais.

As exigências para a tomada de crédito também precisam ser criteriosamente revisadas, de forma a desburocratizar o acesso aos recursos. É preciso buscar novas propostas e soluções para aquelas regiões em que problemas fundiários limitam a adoção das tecnologias de baixa emissão de carbono, na direção de que essa agenda seja devidamente priorizada pelo Governo.

É preciso também assegurar que o Programa ABC fomenta apenas tecnologias capazes de re-

duzir as emissões de gases do efeito estufa, evitando que atividades que não foram cientificamente comprovadas como capazes de reduzir emissões façam parte do Programa. Para tal, o apoio da pesquisa científica é fundamental para mensuração da capacidade mitigadora das tecnologias hoje financiadas pelo Programa e de outras com potencial de contribuição para com os objetivos do Plano ABC.

Ademais, o financiamento deve contemplar a cobertura dos custos da assistência técnica, pelo menos no período de carência. No mesmo sentido, deve-se buscar formas de premiar os agropecuaristas que adotaram tais tecnologias independentemente do Programa ABC, como forma de reconhecer e estimular sua contribuição para com a produção sustentável e a redução de emissões. Aqui, a regulamentação do pagamento por serviços ambientais pode ser uma alternativa.

No caso particular da recuperação de pastagens degradadas, principal subatividade financiada pelo Programa, é preciso que esta ação seja complementada por programas de estímulo à intensificação da pecuária, de forma a viabilizar o aproveitamento racional dos pastos recuperados e, com isso, aumentar a produção de carne por hectare/ano<sup>4</sup>. A esses ganhos na pecuária de corte, somar-se-á a liberação de área para grãos, bioenergia, florestas plantadas e recomposição de passivos ambientais.

A melhoria da relação custo/benefício para a sociedade implica a necessidade de priorizar a alocação dos recursos. É preciso traçar ações e direcionar recursos para identificar as regiões com um alto efetivo bovino e extensas áreas de pastagens degradadas e, assim, aumentar os esforços para a adoção do ABC nestas regiões.

Em relação à agricultura familiar, o Pronaf, principal linha de financiamento deste importante segmento da agricultura brasileira, não conta ainda com uma linha específica de fomento à agricultura de baixa emissão de carbono. Dessa forma, é necessário criar o Pronaf-ABC, ou reorganizar e aglutinar linhas hoje existentes naquele programa capazes de fomentar práticas do ABC.

Recomenda-se, por fim, especial atenção às regiões do norte do Mato Grosso e do sudeste e sudoeste do Pará, cuja produção agrícola será muito incentivada e ampliada com a operacionalização dos novos corredores de exportação via portos para navegação de longo curso localizados em Santarém e na foz do rio Amazonas. Aqui, o financiamento à recuperação de áreas degradadas, bem como às práticas do ABC, será instrumento essencial para disponibilizar áreas agricultáveis que serão demandadas pela esperada expansão na produção de grãos naquelas regiões e evitar futuros des-

<sup>4</sup> UM EXEMPLO DE INICIATIVA NESTA DIREÇÃO É O PROGRAMA INTENSIFICA Pecuária, EM ESTUDO PELA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE/PR), QUE PREVÊ UMA LINHA DE CRÉDITO ATRATIVA AOS PECUARISTAS ATRELADA À INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE PELA ADOÇÃO DE GESTÃO E BOAS PRÁTICAS DE MANEJO E AUMENTO DA RENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES.

matamentos. No mesmo sentido, será importante acelerar os programas de regularização fundiária nessas regiões, hoje um dos principais obstáculos para o acesso ao crédito rural.

### C. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A cadeia de governança do Plano ABC inicia-se no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx), passa pela Comissão Executiva Nacional do Plano ABC e chega até os Grupos Gestores Estaduais. A análise de propostas, programas e ações de cada instituição permite concluir que é preciso melhorar a articulação e a ação integrada entre os diversos órgãos federais envolvidos no processo, assim como destes com os órgãos executores nos estados<sup>5</sup>. Dessa forma, a cadeia de decisão e responsabilidades precisa ser melhor definida, coordenada e implementada, bem como a efetiva atuação dos Grupos Gestores Estaduais e a instalação de Comitês Municipais do Programa. É necessário dotar os órgãos executores do programa, no âmbito do Executivo, de equipes e orçamento compatíveis com a importância e dimensão do Plano e do Programa ABC.

Deve-se promover o maior envolvimento do Ministério de Desenvolvimento Agrário na implementação do Plano ABC, de forma a contemplar ações de estímulo à adoção das práticas de baixa emissão de carbono pela agricultura familiar.

Igualmente importante é melhorar a coordenação do Plano ABC com outras políticas públicas relacionadas às atividades-chave do Programa, como, por exemplo, a Política Nacional de Florestas Plantadas, ou com objetivos potencialmente sinérgicos, como as políticas de combate ao desmatamento (PPCDAm e PPCerrado) e o Código Florestal.

Existe também um grande potencial ainda não explorado de envolver o setor privado no fomento e na difusão do Plano, por meio das cadeias produtivas e indústrias fornecedoras de insumos e tecnologias beneficiárias da expansão do Programa, considerando a grande capilaridade destes agentes. Para tal, é preciso melhorar a articulação do Governo com os potenciais colaboradores do setor privado.

É necessário, ainda, trabalhar para a superação das restrições fundiárias e das condicionantes ambientais que dificultam a implementação e operacionalização do Programa ABC na região Norte, em especial para os que buscam sua regularização ambiental. Deve-se fomentar e assegurar

<sup>5</sup> AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO: QUEM CUMPRE AS DECISÕES - UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA DO PLANO ABC. DISPONÍVEL EM: [HTTP://OBSERVATORIOABC.COM.BR/INDEX.PHP/CMS/BIBLIO/SEE/IDDOCUMENTO/489](http://observatorioabc.com.br/index.php/cms/BIBLIO/SEE/IDDOCUMENTO/489).

não só a regularização da posse da terra, mas também a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que deve servir como instrumento aliado da agricultura de baixa emissão de carbono, e não de entrave à adoção da mesma. Para isso, o Governo deveria encorajar parcerias entre ONGs atuantes na região e o setor produtivo com vistas à regularização fundiária e ambiental, com o reforço institucional dos órgãos executores do Programa, no âmbito do Executivo. Há exemplos bem-sucedidos desse tipo de parceria em regiões do Pará e do Mato Grosso, que podem ser multiplicados.

#### D. MONITORAMENTO E CONTROLE DO PLANO

**A** pesar de ter uma política ambiciosa para redução das emissões na agropecuária em execução há quatro anos, o Brasil ainda não possui meios de verificar se tais reduções ocorreram de fato – o Plano ABC ainda não possui um mecanismo de monitoramento. Sua implementação é urgente, sob pena de se pôr a perder os esforços feitos pelo Governo até agora e de se colocar o Programa em descrédito perante a sociedade e a comunidade internacional.

A medição acurada da redução das emissões depende do desenvolvimento e da aplicação de metodologias complexas e tecnologias avançadas, mas, na ausência destas, pode-se desenvolver indicadores macro que propiciem mensuração simplificada. Tais tecnologias podem contribuir também para o controle e o direcionamento de esforços e recursos do Plano e do Programa para regiões e áreas com maior potencial de redução de emissões. O monitoramento também trará condições para: a) avaliar qual é o benefício do Plano ABC comparado ao seu custo de implementação; e b) mensurar, validar e registrar as emissões reduzidas e, assim, permitir a certificação e remuneração desse serviço ambiental.

O monitoramento das emissões de gases do efeito estufa do Plano ABC está a cargo do Laboratório Virtual Multi-Institucional de Mudanças Climáticas. Também será tarefa do laboratório desagregar os dados do Sistema de Controle de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) do Banco Central por subatividade financiada pelo Programa ABC, para aumentar a transparência na aplicação do crédito e permitir a análise de custo/benefício de cada atividade financiada. Urge ativar o laboratório e ajustar o SICOR para tornar obrigatória a inserção dos valores financiados pelo ABC segundo cada subatividade, assim como o georreferenciamento da propriedade financiada. É preciso, ainda, assegurar recursos aos governos estaduais e federal para acompanhamento dos resultados do ABC.

Como estratégia de divulgação e transparência do Programa, recomenda-se criar portal na internet para disponibilizar informações de interesse do Governo, dos agricultores e dos demais segmentos da sociedade civil, incluindo as relacionadas à implementação e aos resultados do Plano e do Programa ABC. Deve-se incluir um cadastro nacional de competências (técnicos, produtores, instituições financeiras etc.) para referência e consulta. Em paralelo, deve-se instituir um programa de inteligência climática na agricultura, para indicar as áreas prioritárias para a implementação das ações de governo a partir da análise das vulnerabilidades e riscos das mudanças climáticas.

### E. CONHECIMENTO

Nesse processo de transição para uma nova realidade, a melhoria do conhecimento é essencial para a busca das soluções mais adequadas para a mitigação das emissões de gases do efeito estufa e a adaptação da agropecuária às mudanças climáticas. O Plano ABC prevê o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) nos âmbitos da mitigação e da adaptação, incluindo aprimoramentos das tecnologias do Plano, inclusão de novas tecnologias e práticas capazes de reduzir emissões, mapeamento de áreas prioritárias, desenvolvimento de coeficientes e indicadores de emissões e remoções de gases do efeito estufa de diferentes sistemas produtivos, recursos genéticos e melhoramento para aumento de eficiência e resiliência, uso eficiente de recursos hídricos e solo, adaptação e identificação de vulnerabilidade, entre outros.

É imprescindível, portanto, assegurar que a pesquisa agrícola conte com recursos financeiros, humanos e materiais necessários para implementar todas essas agendas de pesquisa previstas no Plano. Deve-se, ainda, fomentar novas agendas de PD&I capazes de identificar riscos e oportunidades para a agropecuária, de forma a minimizar os custos econômicos do processo e evitar impactos negativos na oferta de alimentos e de outros produtos agrícolas de interesse para o mercado interno e para a exportação.

Nesse sentido, há uma necessidade clara de se desenvolver e incluir no Plano e no Programa ABC tecnologias de baixa emissão de carbono mais adequadas ao bioma amazônico, considerando os produtos e sistemas agroflorestrais típicos da região, bem como práticas de financiamento e crédito compatíveis com as especificidades locais quanto aos problemas fundiários e entraves ambientais. Outra agenda de pesquisa imprescindível é a condução de estudos de viabilidade e retorno econômico da adoção das práticas de baixa emissão de carbono na agropecuária, de forma a subsidiar técnicos e extensionistas e reduzir as incertezas quanto ao retorno financeiro dessas tecnologias.

Ainda de grande importância são a realização de diagnósticos e a geração de conhecimentos sobre a percepção dos agricultores a respeito das tecnologias do Plano e das linhas de financiamento do Programa. Essas informações são necessárias para aprimorar ações de treinamento e difusão, bem como para promover revisões e ajustes na política.

Por fim, considerando que os financiamentos do Programa ABC contam com equalização da taxa de juros pelo Tesouro Nacional, o que traz custos para a sociedade, torna-se imperioso desenvolver pesquisas para aferir o impacto de cada subatividade financiada pelo Programa ABC na mitigação dos gases do efeito estufa e, assim, avaliar a relação custo/benefício de cada uma e eleger prioridades.



## AGENDA PÓS-2020

**A** PNMC e, como parte da mesma, o Plano ABC constituem-se no compromisso brasileiro com a agenda climática até o ano de 2020. A participação do País na construção de um regime climático mundial pós-2020 nos fóruns internacionais, no âmbito da Convenção do Clima das Nações Unidas, terá de ser definida pelo próximo governo. A posição estratégica que o País firmou pela adoção das metas contidas na PNMC deve ser preservada, por meio do cumprimento das mesmas, e complementada, pela definição das metas e ações de reduções de emissões a serem perseguidas a partir de 2020. A continuidade do Plano ABC é um elemento importante para a política brasileira de longo prazo de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas deve-se também atentar para a responsabilidade dos demais setores da economia em contribuir também, de forma balanceada, para esse processo. Além disso, novas estratégias e ações para redução de emissões no agronegócio brasileiro devem ser perseguidas, incluindo a regulamentação do pagamento por serviços ambientais. Para tal, é necessário fomentar a pesquisa científica para a descoberta de novas tecnologias e processos capazes de intensificar as atividades agropecuárias e a sua sustentabilidade. Também é importante fomentar a discussão ampla com o setor e com toda a sociedade para a concepção e implementação de políticas de estímulo à adoção de tecnologias e boas práticas na agropecuária, bem como a criação de mecanismos de fomento à valoração e pagamentos de serviços ambientais.

## QUEM SOMOS

Assinam este documento as instituições: ABAG, Abiec, Amigos da Terra, AREFLORESTA, FAMATO, FAPE-DF, GTPS, Agroicone, ICV, Imaflora, Imazon, IPAM, SEAGRI-DF e o Observatório ABC, que coordenou a preparação do mesmo.

O Observatório ABC é uma iniciativa coordenada pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (GV Agro), em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), para a realização de estudos, geração de conhecimento e informações e promoção de debates e discussões sobre o Plano ABC e o Programa ABC (<http://www.observatorioabc.com.br>).



GABRIEL FÁRRIA / EMBRAPA





WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR

PARCEIROS



APOIO:

